

CENTRO DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA - CEFART	
ESPAÇOS	Valores expressos em UFEMG
Sala 8 (paredes brancas com janelas e piso de linóleo) = 68,20m²	94,70
Sala 9 (sala de aula tradicional com mesas, cadeiras e piano) = 48,62m²	94,70
Sala 10 (Sala com cortinas e paredes pretas. Contém varal de luz e piso de linóleo e carca de som) = 35,80m²	151,52
Sala de Vídeo (Auditório com 41 lugares. Possui projetor e tela) = 46,05m²	151,52
Estúdio A - Sala Carlos Leite (Estúdio de dança com linóleo e piano) = 167,41m²	340,92
Estúdio B - Sala Helena Vasconcelos (Estúdio de dança com linóleo e piano) = 194,33m²	189,40
Cefart Liberdade (Escola de Música com 11 salas de tamanhos diversos, com pianos e instrumentos)	378,80
OUTROS SERVIÇOS NA FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO	
APRESENTAÇÃO DOS CORPOS ARTÍSTICOS	Valores expressos em UFEMG
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 90 minutos	17.192,59
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 60 minutos	12.034,81
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 30 minutos	8.596,29
Coral Lírico do Estado de Minas Gerais - Programa de 60 minutos	5.095,46
Sala de Ensino da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais	1.136,42
Grande Estúdio da Cia de Dança Palácio das Artes	1.136,42
Pequeno Estúdio da Cia de Dança Palácio das Artes	568,21
Sala do Coral Lírico de Minas Gerais (68 cadeiras)	568,21
APRESENTAÇÕES EXTERNAS (= DESPESAS)	
Valores expressos em UFEMG	
Coral Lírico do Estado de Minas Gerais - Programa de 60 minutos	6.937,38
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 90 minutos	17.192,59

05 1924750 - I

Fundação Instituto de Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG

Presidente: Marília Palhares Machado

PORTARIA IEPHA-MG Nº 08/2024

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.921, de 22 de abril de 2020, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão na carreira aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, constantes no Anexo I desta Portaria, considerando o disposto no artigo 18 da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2024.

MARILIA PALHARES MACHADO

Presidente

ANEXO I

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR A PROGRESSÃO	SITUAÇÃO POSTERIOR A PROGRESSÃO	VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	
1164756-7	CLEISON CARVALHO DA SILVA	TGPR	III	B	

05 1924879 - I

PORTARIA IEPHA-MG Nº 07/2024

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.921, de 22 de abril de 2020, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo de suas atuais atribuições, responderem e coordenarem os respectivos Núcleos da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças:

I – Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças – GPOF:

a) Núcleo de Planejamento e Orçamento – Coordenadora: Júlia Gontijo de Sousa, Masp. 1.152.310-7.

b) Núcleo de Contabilidade e Finanças – Coordenador: Paulo Roberto Amaral Pentes, Masp. 1.180.488-7.

II – Gerência de Logística, Manutenção e Modernização Institucional – GLIMI:

a) Núcleo de Logística e Manutenção – Coordenadora: Maria Laura Rezende Botelho, Masp. 1.567.280-2.

b) Núcleo de Modernização Institucional – Coordenador: Cleison Carvalho da Silva, Masp. 1.164.756-7.

Art. 2º Os Núcleos possuem as seguintes competências:

I – O Núcleo de Planejamento e Orçamento – NPO, tem por finalidade coordenar as atividades de planejamento e orçamento do IEPHA-MG, competindo-lhe:

- § 1º – coordenar o processo de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental;
- § 2º – coordenar a elaboração da proposta orçamentária;
- § 3º – elaborar a programação orçamentária da despesa;
- § 4º – acompanhar e controlar a execução orçamentária da receita e da despesa;
- § 5º – avaliar a necessidade de recursos adicionais e elaborar as solicitações de créditos suplementares a serem encaminhadas ao órgão central de planejamento e orçamento;
- § 6º – responsabilizar-se pela gestão orçamentária dos fundos dos quais o Iepha-MG participar como instituição gestora;
- § 7º – acompanhar e avaliar o desempenho global do Iepha-MG, a fim de subsidiar as decisões relativas à gestão de receitas e despesas, visando a alocação eficiente dos recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidos;
- § 8º – executar, controlar e avaliar as atividades relativas ao processo de realização da despesa e receita pública e execução financeira, observando as normas que disciplinam a matéria;
- II – O Núcleo de Contabilidade e Finanças – NCF, tem por finalidade zelar pelo equilíbrio contábil financeiro no âmbito do IEPHA-MG, competindo-lhe:
- § 1º – executar, controlar e avaliar as atividades relativas ao processo de realização da despesa e receita pública e execução financeira, observando as normas que disciplinam a matéria;
- § 2º – acompanhar, orientar e executar o registro dos atos e fatos contábeis, observada a legislação aplicável à matéria;
- § 3º – monitorar, manter e restabelecer a regularidade fiscal, contábil, econômico-financeira e administrativa dos cadastros vinculados ao Iepha-MG, bem como disponibilizar informações aos órgãos competentes;
- § 4º – acompanhar e avaliar o desempenho financeiro global do Iepha-MG, a fim de subsidiar a tomada de decisões estratégicas, no tocante ao cumprimento das obrigações e ao atendimento aos objetivos e metas estabelecidos;
- § 5º – realizar as tomadas de contas dos responsáveis pela execução do exercício financeiro e demais tomadas de contas que se façam necessárias;
- § 6º – elaborar os relatórios de prestação de contas do Iepha-MG e dos termos de parceria, convênios, acordos e instrumentos congêneres em que o Instituto seja parte;
- § 7º – atuar de forma conjunta com a Unidade Setorial de Controle Interno na proposição de melhorias nos processos de contatação e execução;
- § 8º – acompanhar e avaliar o desempenho global do Iepha-MG, a fim de subsidiar as decisões relativas à gestão de receitas e despesas, visando a alocação eficiente dos recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidos;
- III – O Núcleo de Logística e Manutenção – NLM, tem como competência propiciar o apoio administrativo e logístico às unidades administrativas do Iepha-MG, com atribuições de:
- § 1º – gerenciar e executar as atividades de administração de material, de serviços e de controle do patrimônio mobiliário e imobiliário, inclusive dos bens cedidos;
- § 2º – planejar e controlar as atividades de transportes, de guarda e manutenção de veículos do Iepha-MG, de acordo com as determinações das regulamentações específicas relativas à gestão da frota oficial;
- § 3º – instaurar, instruir e gerir processos de alienação, doação e concessão de bens móveis;
- § 4º – responsabilizar-se pela execução das atividades de guarda, gestão, segurança e acesso à documentação e informação institucional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Conselho Estadual de Arquivos;
- § 5º – gerenciar e executar os serviços de protocolo, correspondência, reprografia, xerografia, vigilância, limpeza, compra e manutenção de equipamentos e instalações;
- § 6º – acompanhar o consumo de insumos pelo Iepha-MG, com vistas à proposição de medidas de redução de despesas, segundo orientações da unidade central de sua área de atuação;

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE 1989, para servidor(a) Masp. 1.016.750-4, MARIA CRISTINA HARMENDANI TRIVELLATO, cargo efetivo de Analista de Gestão, Proteção e Restauração, Nível IV, Grau I, referente ao 7º (sétimo) quinquênio de exercício, a partir de 19 de fevereiro de 2024.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2024.

EDWILSON MARTINS

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

05 1924681 - I

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg

Presidente: Patrícia Vinete Di Lório

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução JUCEMG nº 02 de 19/12/2023, REITERA no “Minas Gerais”, edição 23/05/1996, página 04, Diário do Executivo, o ato de Afastamento para Gozo de Férias Prêmio, referente ao servidor LAURO DE JESUS FILGUEIRAS, Masp. 1047106-8, onde se lê “por 01 mês, a partir de 18/11/1996”, leia-se: “por 01 mês, a partir de 11/11/1996”.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2024

Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

05 1924769 - I

RESOLUÇÃO DO CGSIM Nº 03/2024

Define atividades de baixo risco no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais para os fins da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2020.

O COMITÊ GESTOR DA REDESIM-MG no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e IX do art. 2º do Decreto nº 353, de 4 de julho de 2016, e tendo em vista deliberação em reunião ordinária do Comitê Gestor da Redesim-MG, realizada presencialmente em 26 de fevereiro de 2024, e

Considerando a Lei Federal nº 11.598, 3 de dezembro de 2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM;

Considerando a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2020, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador; nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do caput do art. 174 da Constituição Federal;

Considerando o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2020, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dispõe sobre a classificação das atividades nível de risco 1 – baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente, que regulamenta os dispositivos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2020, que tratam da liberdade econômica;

Considerando o Decreto Estadual nº 48.036, de 10 de setembro de 2020, que regulamenta os dispositivos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2020, que tratam da liberdade econômica;

Considerando o Decreto Federal nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2020, para designar sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário;

Considerando a resolução CGSIM nº 60, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos Subcomitês estaduais do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM nos Estados e no Distrito Federal;

Considerando o Decreto Estadual nº 353 de 04 de julho de 2016, que institui o Comitê Gestor da Rede para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios do Estado de Minas Gerais – REDESIM-MG;

Considerando normas estaduais que tratam do licenciamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG; Instrução Técnica nº 01 (11ª edição), alterada pela Portaria 72/2021, de 31 de agosto de 2023, do licenciamento sanitário; Resolução SES nº 8763 de 16 de maio de 2023, do licenciamento ambiental; Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM nº 3107/2021 e do licenciamento do Instituto Mineiro de Agropecuária – Portaria IMA nº 2055, de 12 de maio de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a lista das atividades econômicas dispensadas de exigência de atos públicos de liberação, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, nos termos desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução visa abarcar o conceito de baixo risco para fins de classificação de risco de atividade econômica, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido no inciso I do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2020.

Art. 3º Para fins de classificação de risco, esta resolução incorpora a mesma denominação para classificação de risco presente nas normas federais e nas resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM-MG.

1 – nível de risco 1 – baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente – a classificação de atividades para os fins do inciso II do art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2020.

2 – nível de risco II – médio risco, “baixo risco B”, risco moderado: a classificação de atividades cujo grau de risco não seja considerado alto e que não se enquadrem no conceito de nível de risco 1, baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente, disposto no inciso I do § 1º artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente, após o ato do registro, a emissão de licenças, alvarás e similares mediante assinatura de termo de ciência e responsabilidade para início da operação do estabelecimento, conforme previsto no art. 6º da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007;

III – nível de risco III – alto risco: atividades econômicas consideradas de risco elevado para atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, conforme Resolução CGSIM nº 57 de 21 de maio de 2020;

§ 2º As atividades de nível de risco II, nos termos do inciso II do § 1º deste artigo estão sujeitas à fiscalização prevista no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 2020.

§ 3º As atividades de nível de risco II, nos termos do inciso II do § 1º deste artigo, comportam vistoria posterior para o exercício contínuo e regular da atividade.

Art. 4º As atividades de nível de risco III, nos termos do inciso II do § 1º deste artigo, exigirão vistoria prévia para início da operação do estabelecimento.

§ 3º O uso ou não dos termos do caput, conforme suas disposições, pelo CGSIM, por seus federados ou por qualquer órgão da Administração, não altera o efeito específico para os quais eles foram definidos originalmente.

Art. 3º Para os fins desta resolução, em atenção ao inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2020, são consideradas de nível de risco I, para o efeito específico e exclusivo de dispensar a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica, aquelas atividades que se qualificam simultaneamente, como:

– nível de risco I em prevenção contra incêndio e pânico na forma do caput do art. 4º desta resolução;

II – nível de risco I referente à segurança sanitária, ambiental e agropecuária incluídas no âmbito do trabalho, e econômica, na forma do caput do art. 5º desta resolução.

§ 1º Se as atividades a que se referem o caput forem exercidas em zona urbana, somente serão qualificadas como de nível de risco 1 quando:

I – executadas em áreas sob a qual o seu exercício é plenamente regular, conforme determinações do zoneamento urbano aplicável, incluindo a legislação municipal ou, nos termos do art. 7º Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, quando instaladas em área ou edificação desprovida de regulação fundiária, imobiliária e edilícia, inclusive habite-se; ou

II – exploradas em estabelecimento inócuo ou virtual, assim entendida aquela:

a) exercida na residência do empresário, titular ou sócio, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas; ou

b) em que a atividade exercida for tipicamente digital, de modo que não exija estabelecimento físico para a sua operação.

§ 2º Se as atividades a que se referem o caput forem de competência de outro ente federativo, somente serão qualificadas como de nível de risco I quando forem assim classificadas pelos próprios órgãos responsáveis pela emissão do respectivo ato público de liberação de licenças e autorizações de funcionamento.

§ 3º Consideram-se também de nível de risco I, para os fins do caput, todas as demais atividades econômicas que, independentemente de sua natureza, que forem assim classificadas pelos próprios órgãos responsáveis pela emissão do respectivo ato público de liberação.

Art. 4º Para fins de prevenção contra incêndio e pânico, qualificam-se como de nível de risco I, aquelas atividades realizadas:

1 – Em domicílio físico, estabelecimento inócuo, virtual, ou

II – Em edificação ou espaço destinado ao uso coletivo que não exera nenhuma das atividades de alto risco, conforme Instrução Técnica nº 10, 10º edição, aprovada pela portaria nº. 72, de 31 de agosto de 2023 e, cumulativamente, for realizada:

a) em edificação com área construída igual ou inferior a 200 m² (duzentos metros quadrados);

b) em edificação com até 03 (três) pavimentos ou altura máxima de 12 (doze) metros;

c) em locais de reunião de público com lotação de até 100 (cem) pessoas;

d) em edificações sem subsolo ou, caso o possua, seja de uso exclusivo de estacionamento;

e) sem possuir líquido combustível ou inflamável, ainda que fracionado, em volume superior a 1000 L (mil litros);

f) sem possuir contêiner de gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg (cento e noventa quilogramas);

g) em edificação que não componha o Patrimônio Histórico Cultural;

h) por pessoa física ou jurídica que não desenvolvam atividades na área de competência do CBMMG, conforme Lei nº 22.839, de 5 de janeiro de 2018;

§ 1º A área a ser considerada para definição do risco da empresa, salvo nos casos de estabelecimento inócuo ou virtual, é a área total da edificação ou espaço destinado ao uso coletivo onde a empresa está instalada e não somente a área utilizada pela empresa.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividades na área de competência do CBMMG e aquelas responsáveis pela comercialização, instalação, manutenção e conservação de aparelhos de segurança contra incêndio e pânico, serão classificadas como de nível de risco III para fins de classificação e cadastramento junto ao CBMMG, conforme exigências da legislação específica.

§ 3º As atividades na área de competência do CBMMG, conforme o § 2º deste artigo, são as relacionadas à prevenção e combate a incêndio e pânico, busca e salvamento e atendimento pré-hospitalar, a saber:

I – Brigada Profissional;

II – O Centro de Formação de brigadista orgânico, brigadista profissional, brigadista florestal e guarda-vidas civil;

III – A Brigada Florestal, quando de direito privado;

IV – A empresa de Prevenção e Aqueduto;

V – A Equipe Voluntária de Atendimento Pré-hospitalar – EVAP.

§ 5º Para fins de segurança sanitária, ambiental e agropecuária, qualificam-se como de nível de risco 1 – baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente as atividades constantes do Anexo I desta resolução.

§ 1º O Anexo I desta resolução é resultado da consolidação das atividades dispensadas de atos públicos de liberação no âmbito:

I – da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – Vigilância Sanitária, conforme Resolução SES-MG nº 426, de 25 de fevereiro de 2021, alterada pela Resolução SES-MG nº 8765, de 16 de maio de 2023;

II – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM nº 3063, de 29 de março de 2021, alterada pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM nº 3.107, de 07 de dezembro de 2021;

III – do Instituto Mineiro de Agropecuária, conforme Portaria IMA nº 2055, de 12 de maio de 2021;

§ 2º A Classificação de risco constante no Anexo I é de âmbito estadual e não substitui normas municipais e federais.

Parágrafo único. O anexo I contempla as atividades no âmbito da decisão administrativa da Vigilância Sanitária, da Sistema Estadual de Meio Ambiente e do Instituto Mineiro de Agropecuária.

Art. 6º Os empreendedores deverão, no ato do registro de suas atividades econômicas, observar as orientações e recomendações dos órgãos licenciadores a fim de que seu empreendimento seja classificado adequadamente quanto ao risco.

Parágrafo único. A dispensa dos atos públicos de liberação não exime o cumprimento das normas necessárias ao exercício das atividades.

Art. 7º Fica revogada a Resolução nº 02, de 31 de maio de 2021, deste Comitê Gestor da Redesim-MG.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*Anexo disponível no sítio eletrônico da Redesim-MG e da Jucemg.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2024.

Patrícia Vinete Di Lório

Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

05 1924717 - I

PORTARIA Nº 021/2024

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução da Presidente da Jucemg nº RD 002/2023, REGISTRA A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL, a fim de regularização funcional, por não ter sido publicada a época, ao servidor LAURO DE JESUS FILGUEIRAS, Masp. 1047106-8, cargo Auxiliar de Gestão e Registro Empresarial, símbolo AGRE, nível V, grau P, nos termos do art. 6º, da Lei nº 11.456 de 25/04/1994, a partir de 22/02/2000.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2024

Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

05 1924770 - I

Diretor-Geral: Roman Edgard dos Santos Moreira

Loteria do Estado de Minas Gerais - Lemg

DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
(Constituição Estadual, art. 73, § 3º, acrescido pela EC nº 61, de 23/12/03 art. 44 da Lei 14684, de 30/07/03)
Referência 1º Trimestre de 2024 (Em Reais)

Cargo/Função	Nº de Servidores	Janeiro	Fevereiro	Nº de Servidores	Março	Total Trimestral
Efetivos	09	84.925,88	80.205,19	09	74.113,49	239.244,56
Recrutamento Amplo	10	74.732,56	62.635,09	10	65.192,83	202.560,48
Inativos	43	161.282,56	159.942,29	43	159.942,29	481.167,14
Patronal	-	30.030,16	28.755,51	-	28.584,70	87.370,37
Total Geral	62	350.971,16	331.538,08	62	327.833,31	1.010.342,55

05 1924726 - I



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320240406031103018.